



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1227/2024
(à MPV 1227/2024)

Inclua-se o artigo 7º à Medida Provisória nº 1.227, de 2024, dando-lhe a seguinte redação:

“Art. 7º. As alterações legislativas promovidas pelos artigos 5º e 6º da presente Medida Provisória, relativas aos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, não alcançam os créditos decorrentes das operações de exportação, os quais poderão ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - pedido de ressarcimento em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.227/2024 foi editada pelo Governo Federal para compensar os impactos da manutenção da desoneração da folha de pagamentos de empresas e de municípios. Dentre outras medidas, a MP impõe restrições à compensação de créditos das contribuições ao PIS e à Cofins, além de revogar hipóteses de ressarcimento e de compensação de crédito presumido desses tributos, afetando especialmente as empresas petroquímicas, farmacêuticas e do agronegócio.



Como presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, sempre defendi a imunidade às exportações, um princípio reiterado pela reforma tributária. Nosso compromisso é com a competitividade do Brasil no cenário global, e garantir a imunidade às exportações é essencial para assegurar que nossas empresas possam competir em igualdade de condições no mercado internacional.

Mais especificamente, a MPV em referência promoveu alterações ao art. 74 da Lei nº 9.430/1996, determinando que, a partir de 4 de junho de 2024, os créditos escriturais do PIS e da Cofins não poderão ser objeto de compensação, mediante entrega de Declaração de Compensação (DCOMP), com outros tributos federais. Tais créditos poderão ser utilizados apenas para compensação de débitos da própria contribuição ao PIS e da Cofins ou objeto de ressarcimento.

Ocorre que, ao restringir a compensação de créditos acumulados da não cumulatividade com outros federais, a vedação também poderia alcançar outras hipóteses de acúmulo de crédito, como a que ocorre com empresas predominantemente exportadoras, que terão apenas a opção do ressarcimento, que é mais moroso.

Ainda que, a rigor, a restrição da compensação não deva alcançar o saldo credor da não cumulatividade decorrente da imunidade às exportações previsto no art. 6º, §1º, da Lei nº 10.833/2003, que autoriza a dedução dos créditos de PIS/Cofins de exportadores com débitos relativos a outros tributos, a Medida Provisória não é clara nesse sentido.

O que se busca, com a presente Emenda, é que a imunidade das receitas de exportação seja plenamente respeitada, conforme previsão do artigo 149, § 2º, inciso I, da Constituição Federal.

As regras de imunidade nas exportações não podem ser interpretadas como um favor ou benefício sujeito a restrições pelos Poderes Executivo ou Legislativo, pois são verdadeiras garantias fundamentais da igualdade de tratamento e de neutralidade fiscal no comércio internacional.

Entender de modo diverso poderia acarretar uma mudança, à revelia da intenção do constituinte, na tributação sobre o consumo na dinâmica do comércio internacional.



Em suma, a finalidade é sempre a de desonerar, em termos tributários, as exportações, e onerar as importações, favorecendo a balança comercial do país. Isso não ocorrerá caso saldos credores do PIS e da Cofins, decorrentes das exportações, não possam ser utilizados para a quitação de outros tributos federais ou ser ressarcidos em dinheiro, o que geraria impacto negativo no fluxo de caixa das empresas, além de desequilíbrio fiscal, oriundo do acúmulo de créditos.

Solicitamos, portanto, o apoio de nossos ilustres Pares para lograr a aprovação da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de junho de 2024.

Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)

